



ATA RELATIVA À SESSÃO

ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA

MUNICIPAL REALIZADA A

30 DE JUNHO DE 2022



ATA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA A 30 DE JUNHO DE 2022

No dia trinta de junho do ano de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no piso superior do Cineteatro Vianense, reuniu a Assembleia Municipal deste concelho, em sessão ordinária, tendo como ordem de trabalhos os seguintes pontos: -----

- 1) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da sessão; -----
- 2) Apresentação, por parte da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Viana do Alentejo, do Plano Local de Prevenção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens de Viana do Alentejo; -----
- 3) Apreciação de informação escrita sobre a Atividade da Câmara; -----
- 4) Proposta de aprovação da 3ª alteração modificativa ao Orçamento da Receita;
- 5) Proposta de aprovação da 3ª alteração modificativa ao Orçamento da Despesa;
- 6) Proposta de atribuição de despesas de representação ao chefe da Divisão de Administração Urbanística e Processual, nomeado em regime de substituição, com efeitos a 1 de junho de 2022; -----
- 7) Proposta de emissão de acordo prévio quanto ao exercício, pela CIMAC-Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, das novas competências de âmbito intermunicipal a que se refere a Lei nº 50/2018, de 16 de agosto e respetivos diplomas complementares (Despacho do Sr. Presidente da câmara de 21/06/2022, sujeito a ratificação); -----
- 8) Nomeação de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Equipa para a Vida Local(EIVIL), no âmbito do Projeto POISE -01-3422-FSE-000025 dos Planos para a Igualdade – “Viana, um Concelho + Igual” (Despacho do Sr. Presidente da Câmara de 21/06/2022, sujeito a ratificação); -----
- 9) Terceira proposta de alteração ao Mapa de Pessoal, em conformidade com a alteração da estrutura orgânica do Município, publicada no Diário da República, 2ª série, de 27/05/2022 (Despacho do Sr. Presidente da Câmara de 21/06/2022, sujeito a ratificação); -----



- 10)** Proposta de designação do júri relativo ao procedimento concursal para recrutamento do Chefe da Divisão de Administração Urbanística e Processual, nos termos do disposto no artigo 13º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, na redação atual. -----

O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão e procedeu-se de imediato à verificação das presenças, estando presentes os seguintes membros: -----

- Estêvão Manuel Machado Pereira, que presidiu
- Marília de Jesus Vaz Rasquinho, na qualidade de primeiro secretário
- Nuno José Caeiro Grave, na qualidade de segundo secretário
- Vítor Miguel Lôpas Fialho
- Sara Patrícia Galega Rodrigues
- Marta Sofia São Pedro Figueiredo Lopes Rebocho
- Fernando Manuel Tim Tim Janeiro
- Bernardino António Bengalinha Pinto
- Célia do Carmo Mendes Remourinho Peres Sabino
- João de Deus Carapeto Fialho
- Ricardo Filipe Malagão Soldado
- Rosinda de Fátima Bandarra Gaio, Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar
- Frederico Miguel Claudino Nunes de Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas

O membro António Manuel Dimas Grosso, mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo membro Paula Alexandra Mendes Maurício.

O membro Maria Antónia Leal Boteta Gomes, mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo membro Manuel Jorge de Matos Rafael-----

O membro Joana de Carvalho Galvão, mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo membro Celeste Teresa Cavalete Gomes Patinhas. -----

O membro Cecília Isabel Pinto Lopes, mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo membro Fernando Augusto Sampaio Monteiro de Brito e Silva. -----



O membro Vasco Miguel Teles Fialho, Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo, fez-se substituir pela Secretária da referida Junta de Freguesia, Tânia Alexandra Candeias Milhano. -----

Em representação da Câmara Municipal esteve o seu Presidente, tendo estado também presentes todos os Vereadores. -----

No período Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, referindo que a mesma se encontra disponível para quem a quiser consultar. -----

Disse o Senhor Presidente da Assembleia que conforme informação já transmitida aos respetivos membros, por email de 23 de junho corrente, há intenção de propor a inclusão, na Ordem de Trabalhos desta sessão, do seguinte ponto adicional, cuja proposta foi aprovada pela Câmara Municipal no dia 22 de junho corrente: -----

11) Proposta de constituição do Conselho Municipal de Educação para o mandato 2021-2025. -----

Votada a proposta de inclusão deste ponto na Ordem de Trabalhos, foi a mesma aprovada por unanimidade, ficando a Ordem de Trabalhos assim constituída: -----

- 1) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da sessão;
- 2) Apresentação, por parte da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Viana do Alentejo, do Plano Local de Prevenção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens de Viana do Alentejo;
- 3) Apreciação de informação escrita sobre a Atividade da Câmara;
- 4) Proposta de aprovação da 3ª alteração modificativa ao Orçamento da Receita;
- 5) Proposta de aprovação da 3ª alteração modificativa ao Orçamento da Despesa;
- 6) Proposta de atribuição de despesas de representação ao chefe da Divisão de Administração Urbanística e Processual, nomeado em regime de substituição, com efeitos a 1 de junho de 2022.
- 7) Proposta de emissão de acordo prévio quanto ao exercício, pela CIMAC-Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, das novas competências de âmbito intermunicipal a que se refere a Lei nº 50/2018, de 16 de agosto e respetivos diplomas complementares (Despacho do Sr. Presidente da câmara de 21/06/2022, sujeito a ratificação);



- 8)** Nomeação de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Equipa para a Vida Local(EIVIL), no âmbito do Projeto POISE -01-3422-FSE-000025 dos Planos para a Igualdade – “Viana, um Concelho + Igual” (Despacho do Sr. Presidente da Câmara de 21/06/2022, sujeito a ratificação);
- 9)** Terceira proposta de alteração ao Mapa de Pessoal, em conformidade com a alteração da estrutura orgânica do Município, publicada no Diário da República, 2ª série, de 27/05/2022 (Despacho do Sr. Presidente da Câmara de 21/06/2022, sujeito a ratificação);
- 10)** Proposta de designação do júri relativo ao procedimento concursal para recrutamento do Chefe da Divisão de Administração Urbanística e Processual, nos termos do disposto no artigo 13º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, na redação atual.
- 11)** Proposta de constituição do Conselho Municipal de Educação para o mandato 2021-2025.

O Senhor Presidente da Assembleia, relativamente ao envio dos documentos para os membros deste órgão, apelou a que esse envio seja feito com a devida antecedência a fim de permitir a todos a devida preparação dos assuntos. -----

Procedeu-se de seguida à votação da proposta de ata relativa à sessão extraordinária de 14 de abril de 2022, a qual foi aprovada com dezasseis votos favoráveis, não tendo participado na votação da proposta de ata os seguintes membros que não estiveram presentes na sessão a que a mesma se refere: -----

Marília de Jesus Vaz Rasquinho e Celeste Teresa Cavalete Gomes Patinhas. -----

Procedeu-se de seguida à apreciação da ata relativa à sessão ordinária de 28 de abril de 2022, com vista à respetiva votação. -----

Foram identificados três lapsos de escrita nas páginas 10, 13 e 25, os quais foram corrigidos de imediato. -----

Submetida a votação foi essa ata aprovada com dez votos favoráveis, não tendo participado na votação os seguintes membros porque não estiveram presentes na sessão a que a ata se refere: -----

Manuel Jorge de Matos Rafael, Celeste Teresa Cavalete Gomes Patinhas, Célia do Carmo Mendes Remourinho Peres Sabino e Ricardo Filipe Malagão Soldado. -----



Verificaram-se ainda quatro abstenções dos seguintes membros do PS (Fernando Janeiro, Bernardino Bengalinha Pinto, Nuno Grave e Tânia Milhano). O membro Bernardino Bengalinha Pinto apresentou a seguinte declaração de voto pelo facto de, pela segunda vez consecutiva ter sido recebida uma ata no próprio dia da sessão: -----

“A bancada do Partido Socialista absteve-se na votação da ata da sessão ordinária de 28 de abril de 2022, tendo em conta que a mesma foi recebida no próprio dia. Para além da constatação do incumprimento do Regimento da Assembleia Municipal, alguns membros não tiveram a possibilidade de fazer a sua leitura com a atenção mínima que é exigida. As situações apresentadas justificam a decisão de abstenção desta bancada e não do voto contra, demonstrando assim a nossa habitual tolerância política e consideração pelos motivos técnicos subjacentes.” -----

O Senhor Presidente reiterou o apelo para que, na medida do possível, possa ser evitado o envio de documentos sem a antecedência necessária. -----

O Senhor Presidente da Assembleia considerou que em setembro terá decorrido praticamente um ano do atual mandato, sendo oportuno, na sua perspetiva, analisar o Regimento em vigor e introduzir-lhe eventualmente os ajustes que forem considerados necessários nas questões mais sensíveis, designadamente as que se prendem com o número de intervenções dos eleitos, com o tempo que cada um pode utilizar e outras consideradas necessárias. -----

Neste contexto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal sugeriu que cada força política com assento neste órgão, possa indicar um elemento para constituição de um grupo de trabalho que analise esta temática, até à próxima sessão ordinária de setembro. A ideia é que desse grupo de trabalho surja uma proposta de alteração do Regimento em vigor, a ser apreciada na sessão de setembro. -----

Disse ainda o Senhor Presidente da Assembleia que tal como anteriormente informou, foi eleito no Conselho Geral de Assembleias Municipais, sendo que um dos assuntos que está a ser discutido nesse órgão prende-se com a iniciativa “Assembleia Municipal Jovem”, a qual já está implementada em alguns municípios. A proposta da Associação Nacional é no sentido de replicar essa experiência, idealmente até final do mandato, em todos os municípios. -----

Neste contexto, o Senhor Presidente da Assembleia sugeriu que aproveitando o grupo de trabalho para analisar o Regimento, se possa olhar em conjunto para esta matéria e para experiências de outros municípios, com o intuito de vir a ser criado um órgão em que os jovens do concelho tenham assento e que possa ser representativo das escolas. Acrescentou que a sua



sugestão é no sentido de que o grupo de trabalho a constituir analise se existirão condições para que esta iniciativa seja implementada neste concelho, bem como em que moldes e com que formato. -----

O membro Bernardino Bengalinha Pinto disse não ter percebido se a proposta é para alterar o Regimento ou para analisar o Regimento. Em sua opinião, disse ser prioritário analisar o Regimento que temos até porque na última sessão, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia fez umas afirmações que não correspondem ao que está escrito no Regimento, concretamente, quanto à impossibilidade de ser feita mais do que uma intervenção por cada membro, relativamente aos pontos da Ordem de Trabalhos. O membro Bengalinha Pinto, a este propósito, reproduziu o que foi dito pelo Senhor Presidente da Assembleia e que consta da gravação da sessão de 28 de abril de 2022, à 1:54 horas, no sentido de cada membro só poder intervir uma vez. Disse o membro Bengalinha Pinto que o Regimento refere que só pode haver uma intervenção de cada membro, no Período de Antes da Ordem do Dia, com a duração máxima de 5 minutos. Contudo, quanto aos pontos da Ordem de Trabalhos, cada membro dispõe de 5 minutos, mas pode utilizá-los em diversas intervenções, conforme dispõe o artigo 38º, nº 3, alíneas a), c), e número 4, alínea h): -----

“Artigo 38º

Organização das sessões da assembleia municipal

3. Período “antes da ordem do dia”:

- a) Este período tem a duração máxima de uma hora, podendo ser prolongado por igual período por deliberação da Assembleia, sob proposta de qualquer dos seus membros;
- c) Cada membro da Assembleia Municipal tem, neste período, direito a uma só intervenção, com a duração máxima de 5 minutos;

4. Período da “ordem do dia”:

- h) Cada membro da Assembleia, em cada ponto da “ordem do dia”, disporá de um tempo individual de 5 minutos.”

Disse o membro Bengalinha Pinto concordar com a necessidade de trabalho conjunto para “melhorar a democracia na nossa Assembleia”, tal como referido pelo Senhor Presidente da Assembleia e daí que considere que, antes de mais, é necessário conhecer bem o Regimento atual, solidificá-lo e harmonizar as interpretações, antes de se partir para uma eventual alteração. -----

O Senhor Presidente da Assembleia disse que considera necessário clarificar a matéria relativa ao número de intervenções e ao tempo das intervenções. -----



Admitindo que é correta a interpretação feita pelo membro Bengalinha Pinto, o Senhor Presidente da Assembleia disse que a interpretação (diferente) que vinha fazendo deriva daquilo que lhe foi aplicado anteriormente enquanto membro da Assembleia, tendo-lhe sido possibilitada apenas uma intervenção em cada ponto da Ordem de Trabalhos. -----

O Senhor Presidente da Assembleia reiterou a sua sugestão de criação de um grupo de trabalho, que analise e eventualmente proponha as alterações ao Regimento que entender pertinentes. -----

O membro Bengalinha Pinto manifestou a opinião de que aquilo que deverá ser feito, “sem colagens ao passado”, é um trabalho de melhoria da democracia nesta Assembleia, tal como referido pelo respetivo Presidente na última sessão. -----

O membro Bengalinha Pinto, ainda neste contexto, referiu que na ata da sessão da Assembleia de 17 de dezembro de 2017, constatou que em determinado ponto da Ordem de Trabalhos, o membro Estêvão Pereira efetuou oito intervenções. Independentemente do que vem sucedendo, disse este membro que aquilo que importa é cumprir o Regimento, pois é este que se sobrepõe a qualquer prática que tenha vindo a ser seguida. -----

Quanto à criação do grupo de trabalho, disse o membro Bengalinha Pinto concordar, sugerindo que cada força política possa indicar até duas pessoas, em vez de apenas uma. -----

O membro Frederico de Carvalho considerou “extraordinariamente oportuna” a proposta de criação do grupo de trabalho, dado que é necessário efetivamente “afinar” alguns aspetos do Regimento que considera ser um documento “bem constituído e com substância”. -----

Acrescentou que se a proposta de criação do grupo de trabalho vier a ser formalizada, os eleitos do VIVA, indiscutivelmente, votarão a favor. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, quanto à criação do grupo de trabalho, disse parecer-lhe poder concluir que cada força política indicará até dois elementos para este grupo que se debruçará sobre o Regimento e sobre a eventual criação, neste concelho, da “Assembleia Municipal Jovem”. -----

Interveio, de seguida, o membro Célia Sabino que colocou as seguintes questões em representação dos eleitos do VIVA: -----

- a) Perguntou se a obra de pavimentação da Rua da Esperança, em Alcáçovas, é da responsabilidade direta da Câmara ou se há outras empresas envolvidas, e qual o prazo de conclusão da obra; -----
- b) Dado que na Rua da Esperança, na esquina do Restaurante “O Barrela”, existem semáforos que não funcionam, apesar de ter havido já uma intervenção, perguntou para quando está prevista a resolução deste problema. -----



O Senhor Presidente da Câmara informou que a obra de pavimentação da Rua da Esperança, em Alcáçovas, não é da responsabilidade do Município, mas sim da empresa que está a proceder às alterações da parte elétrica, não sabendo qual o prazo previsto para a conclusão. -----

Quanto aos semáforos, disse o Senhor Presidente da Câmara que a resolução deste problema se tem revelado complexa e que apesar de já ter havido uma intervenção, os trabalhos ainda não estão concluídos. Acrescentou que também em Aguiar há necessidade de realizar trabalhos desta natureza e que a empresa ainda não os conseguiu executar. Dadas estas dificuldades, disse não poder adiantar qualquer prazo para que o problema fique solucionado. -----

O membro Rosinda Gaio, Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar, felicitou a Câmara Municipal por todo o apoio concedido às Associações do Concelho no âmbito da realização da Festa da Primavera. Congratulou-se pelo êxito desta iniciativa, muito participada e que contou com o apoio dos técnicos do Município, aos quais também agradeceu. -----

O Senhor Presidente da Câmara agradeceu o reconhecimento da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar, confirmando que houve empenho da parte de todos na Festa da Primavera que efetivamente correu muito bem. -----

O membro Fernando Janeiro, em representação dos eleitos do PS, apresentou um voto de congratulação, cujo teor se transcreve integralmente: -----

“Voto de Congratulação

Atribuição à Ucrânia de Estatuto de País Candidato à União Europeia

No dia 24 de fevereiro de 2022 a Rússia invadiu a soberana Ucrânia, naquilo que foi um ato de guerra que recebeu condenação internacional generalizada. Esta invasão provocou a maior crise de refugiados na Europa desde a 2ª guerra mundial e as tropas russas têm deixado um rasto de morte, massacres e destruição em toda a Ucrânia. -----

Atualmente, a guerra que é travada na Ucrânia é uma guerra de defesa do mundo democrático e da liberdade contra o mundo ditatorial, personificado na personagem de Vladimir Putin, pelo que os países da União Europeia têm o dever de apoiar o povo ucraniano na sua luta pela liberdade e autodeterminação. -----

Poucos dias depois da invasão do seu país, o presidente Volodymyr Zelenskyy formalizou o pedido de integração da Ucrânia na União Europeia e, no dia 23 de junho, o Parlamento Europeu aprovou a atribuição do estatuto de candidato à União Europeia à Ucrânia e à Moldávia (com 549 votos favoráveis, 14 abstenções e 45 votos contra, incluindo os votos contra dos 2 deputados eleitos pelo Partido Comunista Português). -----



Este é um resultado histórico para a Ucrânia, para a Moldávia e para a Europa. Como disse o presidente Volodymyr Zelenskyy “É uma Vitória! O povo ucraniano aguarda há 120 dias e há 30 anos.”, aludindo ao início da guerra em fevereiro e à sua independência da União Soviética em conjunto com outras nações soberanas. -----

Este estatuto constitui um sinal de esperança para todos os ucranianos, sendo um grande passo no caminho para a integração na União Europeia com todas as vantagens democráticas, de liberdade e económicas que a União Europeia exige e garante a todos os membros. -----

A bancada do Partido Socialista apresenta este voto de congratulação à atribuição do estatuto de país candidato à União Europeia à Ucrânia e à Moldávia e encoraja que o processo de integração seja efetuado com a celeridade necessária. -----

Viana do Alentejo, 30 de junho de 2022”

O Senhor Presidente da Assembleia disse concordar com o Voto de Congratulação apresentado, apesar de considerar desnecessária a referência “aos dois deputados eleitos pelo Partido Comunista Português”, parecendo até que essa referência tem o objetivo de colocar algum entrave/embaraço a que haja unanimidade quanto ao documento proposto. -----

Votada a proposta de Voto de Congratulação, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

O membro Frederico de Carvalho colocou as seguintes questões ao Senhor Presidente da Câmara: -----

- a) Nas últimas semanas, na freguesia de Alcáçovas tem-se assistido à presença de um número elevado de cães errantes, causando alguns transtornos quer a nível de limpeza, quer a nível de segurança, nomeadamente em relação ao trânsito. Apesar desta situação já ter sido relatada à Senhora Vice-Presidente, foi reiterado o apelo para que a Câmara, no uso das suas competências nesta matéria, possa tomar providências. ----
- b) Necessidade de reforço de meios que permitam aumentar a segurança pública, conforme vem sendo referido. -----
- c) Dado haver conhecimento de que a Sra. Coordenadora do Centro de Saúde – Dra. Carina Alegria – vai deixar de exercer funções no concelho, esta situação, sendo desfavorável para todo o concelho, é particularmente grave para a Freguesia de Alcáçovas, repercutindo-se na falta de cuidados médicos aos utentes. -----
- d) Quanto à transferência de competências, a Junta de Freguesia de Alcáçovas solicitou um parecer à ANAFRE- Associação Nacional de Freguesias, sobre o Acordo de Execução entre o Município de Viana do Alentejo e a Freguesia de Alcáçovas, o qual vigora desde 2014. O parecer recebido deixou o executivo da Junta de Freguesia ainda mais apreensivo porque o contrato existente deveria ter sido renegociado em 2017 e



não foi, tal como também não foi em 2021. A maior apreensão da Junta de Freguesia de Alcáçovas deriva do teor do último parágrafo do referido parecer que conclui no sentido de que não havendo ainda Auto de Transferência de Recursos assinado entre o Município de Viana do Alentejo e a Freguesia de Alcáçovas, e não estando plenamente em vigor o Acordo anterior, é difícil sustentar a continuidade da transferência de verbas. -----

- e) Havendo conhecimento de que o Município de Viana do Alentejo tem registado atrasos na entrega da lista de projetos à CIMAC, no âmbito da Intervenção Territorial Integrada e sabendo-se que o prazo limite da entrega era até ao dia 27 deste mês, a pergunta é no sentido de saber se o Município efetivamente já entregou essa lista dado que qualquer atraso condicionará os demais municípios da CIMAC. -----

O Senhor Presidente da Câmara, relativamente à questão dos cães errantes, disse ter conhecimento da presença de dois cães, desconhecendo se efetivamente o número é superior. Disse também que sendo um dos cães de grande porte, foi necessário executar, no estaleiro, uma gaiola apropriada. Do que lhe é dado saber - disse - esse cão ainda não foi capturado, contrariamente ao outro. Acrescentou que tudo está a ser feito para resolver rapidamente esta situação. -----

Quanto às questões da segurança pública, disse o Senhor Presidente da Câmara que nada tem de relevante a acrescentar ao que é do conhecimento geral. Acrescentou que na próxima semana irá reunir com o Comandante do Posto da G.N.R. de Viana, a fim de ser feito um ponto de situação antes da entrada do novo elemento. -----

Relativamente às questões de saúde, disse o Senhor Presidente da Câmara que após o falecimento da Dra. Conceição Fialho, médica do Centro de Saúde de Viana, a situação complicou-se ficando agora ainda mais agravada com a saída da Dra. Carina Alegria. Acrescentou que lhe foi transmitido que o concurso que foi aberto, prevê apenas a colocação de um médico, facto que não deixa perspetivar qualquer evolução positiva nesta matéria. -----

O Senhor Presidente da Câmara realçou que têm sido efetuados diversos contactos com os responsáveis por essa matéria, mas que, apesar disso não há indícios de melhoria quanto ao atendimento dos utentes. -----

O Senhor Presidente da Câmara sublinhou que o Município assumiu competências na área da saúde, mas que apenas os Assistentes Operacionais são da sua responsabilidade, não



estando abrangido o pessoal médico, nem o restante pessoal. Disse que apesar disso e na tentativa de obter melhorias na qualidade da saúde dos munícipes, a Câmara tem insistido junto das instâncias competentes, no sentido da resolução deste problema. -----

Quanto à transferência de competências para as Freguesias e em resposta à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, o Senhor Presidente da Câmara informou já ter lido o parecer da ANAFRE, tendo os serviços do Município obtido também informação sobre o assunto, designadamente da DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais. -----

Da análise efetuada ao assunto, resulta a necessidade de, tão rapidamente quanto possível, serem assinados os Autos de Transferência de Recursos. Contudo, até lá, e porque os anteriores Acordos de Execução o preveem, as verbas continuarão a ser transferidas, sem alterações. -----

O Senhor Presidente da Câmara acrescentou que com vista à assinatura dos Autos de Transferência de Recursos, serão retomadas as negociações com as Juntas de Freguesia, estando o Município disponível para continuar a colaborar com todas elas, como até aqui tem acontecido. -----

Relativamente à entrega da lista de projetos na CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, disse o Senhor Presidente da Câmara que o Município de Viana do Alentejo tem tudo entregue, pelo que não estará a prejudicar qualquer município da Comunidade devido a atrasos. Disse ainda que do que julga saber, a data limite da entrega não foi o dia 27 de junho, mas sim o dia 30 de junho. -----

O membro Paula Maurício perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se tenciona continuar a apoiar as Associações como até aqui ou se tenciona efetuar alguns cortes nesses apoios. Explicou que esta sua pergunta surge porque nas redes sociais têm-se visto algumas publicações de pessoas próximas do PS que exerceram funções com o anterior executivo, a acusarem o atual executivo de “esbanjar dinheiro com as associações”. Esta opinião manifestada nas redes sociais não é coincidente com o que é manifestado nas reuniões de Câmara, quer pelos Vereadores do PS, quer pelo Vereador do VIVA, relativamente a esta matéria. O membro Paula Maurício reportou-se à reunião da Câmara de 8 de junho corrente e referiu que nessa reunião os Vereadores da oposição, em género de alerta à Câmara, enfatizaram negativamente o facto de na 10ª alteração ao Orçamento da Despesa estar a ser retirada verba da rubrica referente às transferências para as Associações. Disse ainda este membro que do que lhe é dado a conhecer, a gestão



orçamental permite retirar verbas de determinadas rubricas, em determinado momento e depois voltar a repô-las, caso seja necessário. Assim, a sua pergunta concreta foi a seguinte: -----

“Alterar a dotação da rubrica orçamental destinada às transferências para as Associações impossibilita o apoio às mesmas, à semelhança do que tem sido feito até hoje?” -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que através de uma alteração orçamental pode-se reduzir e aumentar a dotação das rubricas pelo que a alteração da rubrica das transferências para as Associações não impede a continuação dos apoios. Referiu também que não é intenção efetuar qualquer redução de apoios para as Associações, pois além da promessa eleitoral que foi feita, está subjacente uma questão de princípio. Acrescentou que este executivo pretende fazer, no mínimo, o que o anterior executivo fez em matéria de apoios e que se for possível, fará mais. Sublinhou que nunca foi intenção reduzir o apoio às Associações. -----

O membro Nuno Grave referiu-se à Estratégia Local de Habitação e às casas pré-fabricadas de Aguiar. Recordou que na sessão da Assembleia Municipal de 30 de dezembro de 2021, quando estavam em discussão as Grandes Opções do Plano e o Orçamento, o Senhor Presidente da Câmara referiu que a requalificação das casas pré-fabricadas de Aguiar era tida como prioritária. Contudo - disse - em reunião da Câmara de 22 de junho de 2022, o Senhor Presidente da Câmara referiu que embora este projeto seja uma prioridade, existem outras ainda mais prioritários que este. Neste contexto, este membro colocou as seguintes questões: -----

- a) Qual o ponto de situação deste projeto; -----
- b) Se a reabilitação das casas pré-fabricadas de Aguiar deixou de ser a primeira prioridade deste executivo, neste momento. -----

O Senhor Presidente da Câmara, em resposta, disse que o projeto referido pelo membro Nuno Grave tem estado entre os prioritários, mas que a primeira prioridade tem sido a Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa (EBSIS), em virtude de estarem em causa prazos que se não forem cumpridos, implicarão a perda de financiamento e a consequente impossibilidade de realização da obra. Acrescentou ter hoje o prazer de informar que foi ontem recebida a comunicação do visto do Tribunal de Contas no processo da Empreitada da EBSIS, significando isto que agora a primeira prioridade reside na Estratégia Local de Habitação. Em complemento, informou já terem sido enviados os convites



a três empresas para a adjudicação da implementação da Estratégia Local de Habitação, no âmbito do respetivo procedimento de consulta prévia, aguardando-se o recebimento das propostas até 15 de julho de 2022. -----

O Senhor Presidente da Assembleia solicitou ao Senhor Presidente da Câmara mais alguma informação acerca da obra de Requalificação da EBSIS, nomeadamente montantes, prazos, etc. -----

O Senhor Presidente da Câmara disse que o prazo de execução previsto é de 15 meses e que o valor não consegue precisar dado terem havido diversas alterações. Disse também que após um tão longo período desde a assinatura do contrato, a empresa adjudicatária informou não poder manter os preços iniciais em virtude do aumento brutal do preço dos materiais, designadamente o ferro que aumentou cerca de 70%. Disse ainda que o preço final da obra, incluindo os equipamentos rondará os dois milhões e quatrocentos mil euros. -----

O Senhor Presidente da Câmara salientou que o maior atraso deste processo foi motivado pela falta da declaração de cabimento de verba do Ministério da Educação, comprovativa da assunção da importância correspondente a 7,5% da contrapartida nacional. Dado que essa declaração de cabimento nunca foi recebida, este executivo optou por cabimentar a verba na totalidade, assumindo na declaração de cabimento de verba que emitiu, a importância correspondente a esses 7,5% do Ministério da Educação. -----

O Senhor Presidente clarificou que é intenção continuar a exigir do Ministério da Educação esses 7,5% mas esta decisão permitiu “avançar” junto do Tribunal de Contas e obter o tão necessário “visto”. -----

O membro Bernardino Bengalinha Pinto, sobre a intervenção do membro Paula Maurício quando se referiu a publicações nas redes sociais feitas por pessoas “ligadas ao PS” sem no entanto, as identificar; na sua opinião é redutor falar dessa forma, sem concretizar, havendo assuntos bem mais importantes para discutir na Assembleia Municipal, sendo um deles o que o Senhor Presidente da Câmara acabou de referir. Assim, este membro congratulou-se pela obtenção do “visto” do Tribunal de Contas no processo da EBSIS, esse, sim, é um assunto bastante importante. Resumidamente, este membro fez a seguinte descrição da tramitação deste processo, lembrando que: -----

- O primeiro concurso público aberto ficou deserto, com um preço base de um milhão e duzentos mil euros, sendo o primeiro montante FEDER aprovado de um milhão e quarenta e seis mil euros. -----



- O financiamento FEDER foi revisto e passou para um milhão e quinhentos e cinquenta mil euros, para um investimento de dois milhões e cem mil euros (se agora o Município assumiu mais trezentos mil euros, o investimento global será de dois milhões e quatrocentos mil euros)

- No final de 2020 é que foi conseguido que o financiamento fosse de 85%, correspondente à importância de um milhão setecentos e cinquenta mil euros. -----

Disse ainda este membro que ao longo deste processo, os contactos com a Administração Central revelaram-se sempre bastante difíceis, não tendo surtido efeito as muitas insistências que foram feitas para obtenção da declaração de cabimento orçamental requerida pelo Tribunal de Contas em relação à parte da despesa assumida pelo Ministério da Educação.

Este membro felicitou o executivo e os serviços respetivos pela finalização deste processo, com sucesso, junto do Tribunal de Contas. Deixou igualmente uma nota de congratulação ao executivo anterior porque neste processo da EBSIS, optou por “gerir pela ação ao invés de gerir pela contestação”. Recordou que o Município de Évora, relativamente à Escola André de Gouveia, optou por não efetuar a requalificação dado a responsabilidade ser do Ministério da Educação. Assim, estamos perante dois municípios com decisões diferentes em relação a uma situação idêntica. -----

Finalmente, este membro reiterou o seu contentamento pelo evoluir deste processo, relativo a mais um investimento financiado, para este concelho. -----

O Senhor Presidente da Câmara agradeceu a intervenção do membro Bengalinha Pinto, realçando que o desenvolvimento do concelho estará sempre acima de quaisquer outros interesses e daí que o atual executivo tenha decidido envidar todos os esforços para a concretização deste investimento. -----

O Senhor Presidente da Assembleia realçou que sem deixar de insistir junto do Ministério da Educação para que cumpra aquilo a que se comprometeu, este executivo assumiu, para já, os 15% do investimento. -----

O membro Marília Rasquinho, quanto à organização funcional dos Centros de Saúde informou que no Cento de Saúde existem duas unidades funcionais: a UCSP – Unidade de Cuidados de Saúde personalizados e a UCC – Unidade de Cuidados na Comunidade, tendo cada uma um coordenador e sendo a Dra. Carina Alegria a coordenadora da UCPS. -----



Terminado o Período Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o primeiro período destinado à intervenção do público. -----

Interveio o Sr. Carlos Piló Carvalho, residente em Viana do Alentejo, tendo lido a intervenção que a seguir se reproduz integralmente: -----

“1º assunto: -----

Segundo alguns indicadores socioeconómicos, podemos dizer que, no período pandémico da Covid 19 – iniciado em março de 2020 -, houve uma significativa acumulação de dificuldades para muitas famílias e para outras mais que, não as tendo acumulado, começaram a senti-las.

A esta situação, já por si muito difícil, juntam-se as más consequências provocadas pela guerra na Ucrânia: um mar de problemas, pode-se dizer se houver uma leitura competente dos sinais da realidade.

Se isto é assim, e perante um cenário acentuadamente doloroso para muitas famílias, ao qual o nosso concelho não é exceção, é legítimo perguntar o que pensa fazer o executivo municipal: vai reforçar os apoios já existentes e também criar outros?

Na sequência desta pergunta, pensa proceder à oferta do material escolar a todos os alunos, a partir do próximo ano letivo, aplicando o princípio universal da igualdade?

Pensa o executivo instituir a hora do pequeno-almoço, a partir do próximo ano letivo? (vejamos, como exemplo, a situação das crianças do 1º ciclo: levantam-se às 7.30/8.00. Entram na sala de aula às 9:00 e têm o primeiro intervalo às 10.30. Muitas/algumas certamente (era preciso fazer um estudo sobre isto) só às 10.30 é que têm a primeira refeição do dia, recorrendo ao leite escolar e à fruta que a escola distribui e a outros recursos. Que exigências se pode fazer a uma criança nestas condições?

Instituir o pequeno-almoço das 8:00 às 9:00 horas não é tarefa fácil. Sabemos, todos sabemos, que o carácter pedagógico dos bons hábitos e dos bons comportamentos precisa de tempo para evoluir. Mas também sabemos que para o fazer é preciso promover mecanismos que satisfaçam os objetivos de um projeto, seja qual for a sua dimensão. Digo: com vontade política e o valor da solidariedade é possível.

Para concluir este primeiro assunto, pergunto: o executivo municipal poderá incluir o designado Centro de Férias no programa Summer, a partir do verão de 2023?



O Centro de Férias, a acontecer no litoral, obriga a uma parceria/ um protocolo com as autarquias locais, com as pousadas da juventude, com instituições vocacionadas para a área social, com diferentes associações e tudo o mais que for necessário e possível.

O Centro de Férias proporciona um outro tipo de socialização, outras aprendizagens e outro conhecimento. É todo um mundo novo a descobrir.

2º assunto: com uma pergunta direta: para quando o início dos trabalhos de requalificação da escola Isidoro de Sousa? -----

3º assunto: A Quinta da Joana. -----

Está aberta ao público, mas sem as condições exigidas, havendo mesmo algumas zonas do designado circuito que põem em causa a integridade física de quem o utiliza. É, por isso, urgente uma intervenção. -----

Quando o município avançar para o projeto de requalificação de todo o espaço da Quinta da Joana, poderá ouvir os jovens e recolher as suas ideias expressas, por exemplo, em pequenos questionários com a colaboração do Agrupamento de escolas, criando-se uma oportunidade única de se construir algo que tenha a marca de vontades e interesses satisfeitos, dando-se assim um bom exemplo à comunidade.

Antes do 4º e último assunto, uma observação, se me é permitido. -----

Fala-se muito na necessidade do desenvolvimento para fixar as populações e, assim, combater a desertificação. -----

Mas repare-se: não há desenvolvimento se não houver bons apoios às famílias; se não existirem incentivos à natalidade; se não houver boas escolas e boas estruturas na área da saúde; se não existirem bons serviços públicos por parte das autarquias locais; se não houver bons equipamentos desportivos e culturais e bons espaços públicos; se não houver boas acessibilidades e bons transportes, só para dar alguns exemplos. Havendo as estruturas e as condições essenciais atrás mencionadas, já se



pode começar a falar em desenvolvimento. E havendo desenvolvimento tudo o resto virá a seguir, sabendo-se que o poder atrativo e apelativo de um determinado núcleo territorial só se obtém à custa desse mesmo desenvolvimento. -----

4º e último assunto: as comemorações do 25 de abril. Não as que já foram realizadas, mas sim as que se vão fazer. -----

Para sustentar o que vos vou apresentar a seguir, recorro à explicação e ao esclarecimento que a Drª Maria de Aires me deu quando, numa Assembleia Municipal, questioneei o executivo de então sobre a possibilidade de haver um Concurso Público de Ideias a propósito de um mural que estava a iniciar-se. -----

Foi nessa circunstância que a Drª Maria de Aires disse que qualquer Concurso Público de Ideias precisa de tempo. De um tempo projetado, acrescento. -----

Ora, é justamente com tempo que gostaria de lembrar que, em setembro de 2023, mais precisamente no dia 9, se vai comemorar os 50 anos do encontro de capitães no Monte Sobral. A propósito deste facto, pensa o executivo municipal – em colaboração com a Associação 25 de abril -, proceder a um Concurso Público de Ideias para assinalar no local a data do acontecimento? -----

E, com mais tempo ainda, vai-se comemorar os 50 anos da Revolução em abril de 2024. Pensa o executivo municipal proceder a um Concurso Público de Ideias capaz de mobilizar desde logo toda a comunidade educativa, as várias instituições e proporcionar uma clara afirmação do movimento associativo e, obviamente, da população em geral? -----

Também é assim que os ideais de abril – desse “dia inicial, inteiro e limpo” como escreveu Sophia de Mello Breyner – podem ganhar alento e permanecer na memória. Por agora, é tudo.” -----

O Senhor Presidente da Câmara, relativamente aos apoios sociais, referiu que a Câmara continua atenta às necessidades dos munícipes, estando os serviços municipais respetivos a trabalhar nessa matéria para que possam continuar a ser concedidos os auxílios necessários, não só por via da COVID-19, mas também por outras matérias, o que implica que o leque de pessoas abrangidas não seja fixo. -----



Quanto aos manuais escolares e outras matérias relacionadas com o ensino, o Senhor Presidente da Câmara solicitou a intervenção da Sra. Vice-Presidente para se pronunciar sobre este assunto. -----

A Sra. Vice-Presidente, quanto à referência do munícipe Carlos Carvalho quanto ao “Centro de Férias”, referiu não ter compreendido muito bem o que é que o referido munícipe interpreta como “Centro de Férias”, dado que o Município tem em prática a iniciativa “Summer” que terá início no próximo dia 4 de julho e terá, pela primeira vez, a “Oficina de Verão”, dirigida às crianças dos 3 aos 5 anos de idade e que decorrerá durante o mês de julho. A Sra. Vice-Presidente acrescentou que esta nova iniciativa responde à solicitação feita pela Associação de Pais, no passado mês de maio. Disse ainda que apesar do pouco tempo para organizar esta iniciativa e da escassez de meios humanos para a implementar, foi feito um esforço e ela será uma realidade no próximo mês de julho. -----

O munícipe Carlos Piló Carvalho salientou que o “Centro de Férias” a que se referiu na sua intervenção seria a acontecer no litoral. Esta iniciativa é organizada pelas autarquias do interior para permitir que as crianças de famílias com menos recursos, passem um período no litoral. Acrescentou que esta iniciativa pressupõe uma articulação entre o município que a organiza e os municípios e instituições do litoral que receberão as crianças no âmbito deste projeto. -----

A Sra. Vice-Presidente, a propósito de iniciativas deste género, referiu que a Associação Terra Mãe proporciona, no verão, a estadia de crianças carenciadas em campos de férias havendo portanto, no concelho uma entidade a efetuar aquilo que foi preconizado pelo munícipe Carlos Carvalho, isto sem prejuízo do Município, futuramente, poder vir a equacionar a possibilidade de promover iniciativas deste tipo. -----

O Senhor Presidente da Câmara, quanto ao início da Empreitada de Requalificação da EBSIS, disse que o mesmo ocorrerá o mais rapidamente possível, tudo dependendo da disponibilidade da empresa adjudicatária. -----

Quanto à Quinta da Joana, disse o Senhor Presidente da Câmara não existir ainda projeto para a requalificação num equipamento que já tem alguns anos, havendo contudo intenção de a efetuar (pista de andamento, lago, parque infantil, entre outros aspetos). -----

Quanto à fixação das pessoas, disse o Senhor Presidente da Câmara ser inequívoco que se está a trabalhar nesse sentido, dando como exemplo a Estratégia Local de Habitação, a Requalificação da Escola, as duas novas extensões de saúde em Alcáçovas e em Aguiar, entre outros aspetos. -----



Quanto às comemorações do 25 de Abril, disse o Senhor Presidente da Câmara que ainda estão a ser preparados os programas dos anos seguintes, registando contudo as sugestões deixadas pelo munícipe Carlos Piló de Carvalho. -----

Interveio de seguida o munícipe João Penetra que elogiou o trabalho do município no âmbito da realização da Festa da Primavera em Aguiar, transmitindo também os parabéns à Junta de Freguesia de Aguiar e às Associações do Concelho pelo sucesso da iniciativa. -----

Deixou também este munícipe uma nota de congratulação ao anterior executivo e ao atual, relativamente à Requalificação da EBSIS, realçando que o atual executivo, sem garantias de vir a ser necessário, assumiu a quota parte da despesa que cabe ao Ministério da Educação, possibilitando assim que o processo avançasse. -----

O munícipe João Penetra recordou que há uns anos, relativamente à construção da Escola Básica Integrada de Alcáçovas, também o Município de Viana do Alentejo foi pioneiro ao assumir parte dos custos da obra, sendo a responsabilidade do Ministério da Educação. Graças a isso, a freguesia e o concelho ficariam com a Escola – disse. -----

Quanto às questões da saúde, disse o munícipe João Penetra reconhecer o esforço que tem sido feito pela Câmara, solidarizando-se com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, não só enquanto cidadão como também como Presidente da Assembleia de Freguesia de Alcáçovas. Realçou que as sucessivas limitações em termos de entrada de alunos nas Faculdades de Medicina, tem influenciado a escassez de médicos. Acrescentou que este fator, aliado à pouca atratividade das carreiras médicas e de enfermagem (que ficaram “em banho maria” durante demasiado tempo), fez com que muitos profissionais de saúde tivessem saído do país e outros tivessem mudado para o setor privado. Disse ainda este munícipe que uma vez que o Hospital Central do Alentejo está em construção, parece-lhe ser oportuno que os políticos locais façam sentir a necessidade de abertura do Curso de Medicina na Universidade de Évora, a fim de serem formados mais médicos de que tanto necessitamos. --

Interveio de seguida a munícipe Susana Belga, Assistente Social no Concelho há 22 anos e colaboradora na Associação Terra Mãe, congratulando-se pelo trabalho que vem sendo feito neste concelho, na área social, em estreita parceria e coordenação entre diversas entidades envolvidas. Quanto à referência feita pelo munícipe Carlos Piló Carvalho relativamente à necessidade de “bons apoios”, esta técnica considerou que o concelho está bem servido a nível da oferta dos apoios sociais. Elencou diversos projetos a funcionar no concelho, com o objetivo de colmatar as carências existentes, realçando alguns deles, nomeadamente “O Banco



de Emergência Familiar” em colaboração com a Fundação Eugénio de Almeida e a colaboração da Cáritas e da Segurança Social em diversas áreas. -----

Esta técnica acrescentou que há cerca de 20 anos que a Associação Terra Mãe proporciona a ida de crianças à praia, pela primeira vez, salientando as parcerias que têm vindo a ser feitas ao longo destes anos, com diversas entidades para proporcionar a estadia de crianças nas diversas colónias de férias. -----

Terminado o primeiro período de intervenção do público, entrou-se na Ordem de Trabalhos:

Ponto um) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da sessão- A Assembleia deliberou por unanimidade aprovar a ata desta sessão em minuta, no final da mesma, nos termos do nº 3 do artigo 57º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação.

Ponto dois) Apreciação da Informação escrita sobre a atividade da Câmara- O Senhor Presidente da Assembleia informou que a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Viana do Alentejo questionou a possibilidade de numa sessão da Assembleia Municipal ser proporcionada a possibilidade de apresentação do Plano Local de Prevenção e Proteção dos Direitos da Crianças e Jovens de Viana do Alentejo. Essa sugestão foi acolhida, o assunto foi incluído na Ordem de Trabalhos desta sessão e daí que estejam presentes a Dra. Maria João Rodrigues e a Dra. Susana Belga para efetuarem essa apresentação. -----

A Dra. Susana Belga referiu estar nesta Assembleia em representação da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Viana do Alentejo, como elemento cooptado. Disse que a Comissão considerou muito importante apresentar este Plano à Assembleia Municipal, que atendendo às suas competências deve estar sensibilizada para a importância do assunto, o qual deve estar presente nas linhas da política municipal do concelho. Acrescentou que o Plano Local de Prevenção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens de Viana do Alentejo está integrado no Projeto “Adélia” que foi proposto pela Comissão Nacional de Crianças e Jovens em Perigo. -----

A Dra. Susana Belga referiu que o Plano deste Concelho foi denominado “Cuida Bem de Mim”, em linha com um livro que a Comissão Nacional editou e que fala da necessidade de uma parentalidade positiva. -----

A Dra. Susana Belga passou então à apresentação do Plano e ao concluir essa apresentação terminou com a seguinte frase que ouviu aquando da realização de um Encontro da Comissão Nacional: -----



“Escreve-se e diz-se muita coisa mas só se consegue fazer aquilo que é possível.” -----

O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a apresentação feita, a qual nos ajuda a compreender a problemática que está subjacente quando se fala das crianças e das Comissões de Proteção. -----

Ponto três) Apreciação da informação escrita sobre a Atividade da Câmara:

O membro Frederico de Carvalho, em representação dos eleitos do VIVA, colocou as seguintes questões: -----

- a) Na sequência da reunião realizada no passado dia 26 de abril para aferir a possibilidade de acolhimento de refugiados neste concelho, perguntou se foram efetivamente acolhidos refugiados, qual o número em causa e outras particularidades relacionadas com este tema; -----
- b) Quanto à reunião realizada no passado dia 2 de maio com a Associação Tauromáquica Alcaçovense, perguntou qual o apoio pretendido pela referida Associação, destinado à recuperação da Praça de Toiros, designadamente se essa pretensão decorre da necessidade de manutenção ou se decorre de danos patrimoniais motivados por furtos e outras questões de criminalidade associadas à Freguesia de Alcáçovas. -----
- c) Quanto à reunião realizada no passado dia 6 de maio, entre o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Presidente do Banco Santander Totta - Dr. José Carlos Sítima, é referido na informação que este veio apresentar-se e disponibilizar ajuda ao Município. Foi perguntado que tipo de ajuda está em causa. -----
- d) Relativamente às reuniões realizadas entre o executivo em regime de permanência e ele próprio (na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas), sobre a delegação de competências; disse saudar a intenção do Senhor Presidente da Câmara quanto ao reforço no âmbito da delegação de competências. Reiterou a importância da assinatura do Auto de Transferência de Recursos, a fim de colmatar os gravíssimos problemas de recursos operacionais daquela freguesia. -----
Insistiu em considerar que o Acordo de Execução de 2014 está caducado e, ainda assim, remeteu para o disposto no nº 3 da sua cláusula terceira que prevê a atualização anual da importância então fixada em 5 334,00€ (cinco mil trezentos e trinta e quatro euros) mensais, com efeitos a janeiro de cada ano. -----
Salientou que em maio de 2022, a verba que a Junta de Freguesia de Alcáçovas recebeu foi precisamente 5 334,00€ (cinco mil trezentos e trinta e quatro euros), nunca tendo existido atualização. -----



Reforçou a necessidade absolutamente urgente de atualização da verba a transferir para a Freguesia de Alcáçovas a fim de que continue a exercer as competências que já tinham sido delegadas, ponderando até o eventual reforço das mesmas. -----

A finalizar, o membro Frederico de Carvalho agradeceu a extraordinária apresentação feita pela Dra. Susana Belga e informou o munícipe Carlos Piló Carvalho que a Junta de Freguesia de Alcáçovas preparará em setembro próximo um ato solene de comemoração do 49º aniversário da reunião dos Capitães de Abril, pretendendo contar com o executivo municipal para incluir esta iniciativa nas celebrações dos 50 anos do 25 de Abril. -----

Às questões colocadas, o Senhor Presidente da Câmara disse o seguinte: -----

- a) Quanto à questão dos refugiados não há grande evolução e embora exista uma estrutura preparada, não tem havido procura. -----
- b) Quanto à reunião realizada com a Associação Tauromáquica, o assunto dominante foi o da necessidade de reparação da praça de toiros por terem sido destruídas algumas placas do redondel e dos bancos. Tratando-se de um valor significativo, foi pedido o apoio do Município e foi manifestada a disponibilidade para que a praça seja partilhada com a Associação Equestre de Viana do Alentejo. -----
Foi confirmada a intenção de concessão do apoio, embora o montante ainda esteja em análise. -----
- c) O Dr. José Carlos Sítima, Presidente do Banco Santander Totta, na sequência do que havia transmitido ao anterior executivo, deu conta da disponibilidade do Banco para prestar algum apoio ao Município por via de um fundo que o Banco dispõe, destinado à área social, podendo a verba em causa ser aplicada, por exemplo, numa pequena obra. Dos contactos havidos com o anterior executivo foi equacionada a possibilidade de utilização desta verba na requalificação de uma rotunda. Contudo, foi transmitida a disponibilidade para que à verba seja dado outro destino. -----
- d) É inevitável efetuar o reforço da verba por via dos Autos de Transferência de Recursos para as Juntas de Freguesia, sendo compreensível a insistência do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas quanto a esta matéria. -----
Quanto a montantes, tudo decorrerá da análise que for feita atendendo às disponibilidades do Município. -----

Interveio de seguida, o membro Bernardino Bengalinha Pinto, sugerindo que seja reforçada a comunicação no âmbito do Projeto Porta-a-Porta. Na apresentação pública participaram poucas pessoas e sendo o projeto importante a vários níveis, disse que em sua opinião a comunicação deverá ser melhorada. -----

Disse também o membro Bernardino Bengalinha Pinto que pensa estarem esclarecidos os equívocos quanto ao Posto da G.N.R., aceitando o pedido de desculpas por parte



do Senhor Presidente da Câmara. Perguntou este membro qual a evolução deste processo e quando é que o mesmo foi efetivamente concluído nos serviços do Município. -----

Perguntou ainda este membro qual o ponto de situação relativamente ao projeto da IP-Infraestruturas de Portugal (sabendo-se que existem dois processos, sendo um relativo ao contencioso dos 8,5Km e outro relativo ao Auto de Transferência de 3,5Km da estrada, do Município para a I.P.). -----

O membro Bernardino Bengalinha Pinto disse ter visto o vídeo da reunião de Câmara em que foi abordado o assunto da disponibilidade manifestada pelo Dr. José Carlos Sítima para que o Banco Santander Totta proceda à atribuição de um apoio ao Município de Viana do Alentejo e notou alguma admiração pelo facto de não existir nada escrito sobre esse assunto. Dado estar em condições de esclarecer, disse o seguinte: -----

“O Dr. José Carlos Sítima, Presidente do Banco Santander Totta, é um vianense de sucesso, é um investidor no concelho de Viana e é seu vizinho numa propriedade agrícola que ele próprio comprou há cerca de 20 anos. No âmbito de uma conversa informal resultante do fecho do balcão do Banco Santander Totta, em Viana, é que foi manifestada a possibilidade do Banco, através de um mecanismo próprio, apoiar o Município em cerca de 20 a 25 mil euros. -----

Disse este membro que aquilo que o Dr. José Carlos Sítima fez ao vir manifestar essa disponibilidade ao atual executivo, foi transmitir o compromisso que tinha assumido com o executivo anterior (e em sua opinião fez bem). Acrescentou que neste contexto foi falado com o Dr. José Carlos Sítima que o apoio poderia ser direcionado para a Rotunda da Olaria (cujo projeto ficou concluído), dado que a estimativa orçamental inicial foi largamente ultrapassada. -----

Este membro concluiu reforçando que se tratou de uma conversa informal e que ele próprio “não é cliente do Santander”. -----

O Senhor Presidente da Câmara, relativamente ao Quartel da G.N.R., disse já ter apresentado publicamente o seu pedido de desculpas. Quanto ao ponto de situação do processo, disse que tudo se mantém sem alterações e que quanto à data de conclusão nos serviços municipais, informará posteriormente com exatidão. -----

Quanto ao projeto da IP, disse o Senhor Presidente da Câmara também não haver evolução, por enquanto. -----

Quanto à questão do Dr. Sítima, disse o Senhor Presidente da Câmara que quando falou nisso numa reunião, não manifestou qualquer estranheza ou desagrado pelo facto de não existir algo escrito, até porque o próprio Dr. Sítima lhe transmitiu ter havido apenas uma conversa informal. Daí disse -não ter qualquer dúvida sobre este assunto.

O membro Manuel Jorge Rafael disse que na zona envolvente à Sra. D'Aires há uma série de aspetos negativos que poderão pôr em causa a integridade física das pessoas que visitam o local, atendendo a que uma larga maioria dessas pessoas, tem já alguma



idade. Este membro elencou, de seguida, alguns aspetos que, entre outros, deverão merecer atenção: -----

- Na passadeira paralela ao Santuário, em ambos os lados, existem buracos;

- Há um desnível na calçada: -----

- O bebedouro não funciona. -----

Disse este membro que esta situação causa alguma preocupação, tanto mais pelo facto de se aproximar a Feira D'Aires. Disse também que lhe parece que a Igreja está a "fazer o seu papel", retirando os dividendos das intervenções que foram feitas, mas que o Município não está a fazer a sua parte, parecendo inexistir uma estratégia para retirar alguns dividendos da requalificação do Santuário e do espaço envolvente. Em sua opinião, deveria existir uma intervenção mais efetiva por parte do Município porque há muitas pessoas que visitam o Santuário sem passarem sequer pela vila que tem pontos de interesse que podiam ser atrativos, nomeadamente o castelo, o núcleo museológico, a olaria, entre outros. Em sua opinião, seria útil que a Câmara delineasse uma estratégia para que pudesse retirar alguns dividendos desta situação. -----

O Senhor Presidente da Câmara, a propósito desta intervenção, disse que a obra não está concluída, tendo a empresa adjudicatária informado que a obra será entregue no próximo dia 14 de julho. Disse o Senhor Presidente da Câmara que há vários trabalhos ainda por concluir e que existe um problema grave com as condutas, pois cada vez que é efetuada a ligação da água, há sempre rebentamentos. -----

O Senhor Presidente da Câmara disse ainda que os aspetos a que o membro Manuel Jorge Rafael se referiu como constituindo perigo para a segurança das pessoas, são da responsabilidade da Paróquia, embora o Município já tenha manifestado a disponibilidade para mediar os contactos entre a Paróquia e o empreiteiro. -----

Quanto ao retirar de dividendos, disse o Senhor Presidente da Câmara que tal não tem sido possível, uma vez que a conclusão dos trabalhos tem sido sucessivamente adiada.

Ponto quatro) Proposta de aprovação da 3ª alteração modificativa ao Orçamento da

Receita: Foi apresentada a terceira proposta de alteração modificativa ao Orçamento da Receita, consubstanciada na integração, no Orçamento da Receita, da verba relativa à transferência de competências na área da saúde, no montante de 70 437,50€ (setenta mil quatrocentos e trinta e sete euros e cinquenta cêntimos). -----

Votada, foi esta proposta aprovada com 13 votos favoráveis por parte dos eleitos da CDU (Estêvão Pereira, Marília Rasquinho, Vítor Fialho, Sara Rodrigues, Paula Maurício, Marta Rebocho e Rosinda Gaio) e dos eleitos PS (Nuno Grave, Bernardino Bengalinha Pinto, Fernando Janeiro, Manuel Jorge Rafael, Celeste Gomes Patinhas e Tânia Milhano) e cinco abstenções por parte dos eleitos do VIVA (Fernando Brito e Silva, Célia Sabino, Ricardo Soldado, João de Deus Fialho e Frederico de Carvalho). -----

Ponto cinco) Proposta de aprovação da 3ª alteração modificativa ao Orçamento da

Despesa: Foi apresentada a terceira proposta de alteração modificativa ao Orçamento da Despesa, consubstanciada na distribuição pelas rubricas do Orçamento da Despesa, da verba



relativa à transferência de competências na área da saúde, no montante de 70 437,50€ (setenta mil quatrocentos e trinta e sete euros e cinquenta cêntimos). -----
Votada, foi esta proposta aprovada com 13 votos favoráveis por parte dos eleitos da CDU (Estêvão Pereira, Marília Rasquinho, Vítor Fialho, Sara Rodrigues, Paula Maurício, Marta Rebocho e Rosinda Gaio) e dos eleitos PS (Nuno Grave, Bernardino Bengalinha Pinto, Fernando Janeiro, Manuel Jorge Rafael, Celeste Gomes Patinhas e Tânia Milhano) e cinco abstenções por parte dos eleitos do VIVA (Fernando Brito e Silva, Célia Sabino, Ricardo Soldado, João de Deus Fialho e Frederico de Carvalho). -----

Ponto seis) Proposta de atribuição de despesas de representação ao Chefe da Divisão de Administração Urbanística e Processual, nomeado em regime de substituição, com efeitos a partir de 1 de junho de 2022: Foi apresentada a proposta de atribuição de despesas de representação ao Chefe da Divisão de Administração Urbanística e Processual – Arquiteto Luís Miguel Tavares Machado, com efeitos à data da sua nomeação em regime de substituição -1 de junho de 2022, nos termos do disposto no nº2 do artigo 24º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto. O dirigente em causa pertence ao mapa de pessoal do Município de Vidigueira. -----
Votada, foi esta proposta aprovada com 13 votos favoráveis por parte dos eleitos da CDU (Estêvão Pereira, Marília Rasquinho, Vítor Fialho, Sara Rodrigues, Paula Maurício, Marta Rebocho e Rosinda Gaio) e dos eleitos PS (Nuno Grave, Bernardino Bengalinha Pinto, Fernando Janeiro, Manuel Jorge Rafael, Celeste Gomes Patinhas e Tânia Milhano) e cinco abstenções por parte dos eleitos do VIVA (Fernando Brito e Silva, Célia Sabino, Ricardo Soldado, João de Deus Fialho e Frederico de Carvalho). -----

Ponto sete) Proposta de emissão de acordo prévio quanto ao exercício, pela CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, das novas competências de âmbito intermunicipal a que se refere a Lei nº 50/2018, de 16 de agosto e respetivos diplomas complementares.

(Despacho do Sr. Presidente da Câmara de 21/06/2022, sujeito a ratificação): A Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, nos artigos 30º e seguintes estabelece as novas competências dos órgãos das entidades intermunicipais, dispondo no nº2 do artigo 30º que o exercício dessas novas competências depende do acordo prévio dos municípios que as integram.-----

As competências em causa são as seguintes: -----

- Educação, Ensino e Formação Profissional (artigo 31º) -----
- Ação Social (artigo 32º) -----
- Saúde (artigo 33º) -----
- Proteção Civil (artigo 34º) -----
- Justiça (artigo 35º) -----
- Promoção Turística (artigo 36º) e -----
- Outras competências (artigo 37º) -----

Conforme despacho do Senhor Presidente da Câmara exarado a 21 junho de 2022, sujeito a ratificação da Câmara Municipal, é proposto à Assembleia que manifeste o seu acordo relativamente ao exercício, pela CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central,



das competências previstas nos artigos 31º a 37º da Lei 50/2018 de 16 agosto, nos termos estabelecidos nos respetivos diplomas complementares: Decreto-Lei nº 21/2019 de 30 de janeiro, Decreto-Lei nº55/2020 de 12 de agosto, Decreto-Lei nº23/2019 de 30 de janeiro, Decreto-Lei nº103/2018 de 29 de novembro, Decreto-Lei nº101/2018 de 29 de novembro, Decreto-Lei nº99/2018 de 28 de novembro, Decreto-Lei nº102/2018 de 29 de novembro. ---- O membro Frederico de Carvalho em representação dos eleitos do VIVA, saudou a apresentação desta proposta, a qual só peca por tardia, pois segundo a informação de que dispõe, o concelho de Viana do Alentejo foi o último a deliberar sobre esta matéria, condicionando o exercício destas competências por parte da CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central. ----- O Senhor Presidente da Câmara confirmou o atraso na apresentação desta proposta à Assembleia, referindo, contudo, que o Município de Viana do Alentejo não foi o último a deliberar sobre esta matéria, havendo outro Município que ainda não o fez. ----- Votada a proposta, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

Ponto oito) Nomeação de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Equipa para a Vida Local (EIVIL), no âmbito do Projeto POISE- 01-3422-FSE-000025 dos Planos para a Igualdade – “Viana, um Concelho + Igual”.

(Despacho do Sr. Presidente da Câmara de 21/06/2022, sujeito a ratificação): Nos termos do despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 21 de junho corrente sujeito a ratificação da Câmara Municipal, foi submetida à Assembleia a proposta de nomeação de um Presidente de Junta de Freguesia, para integrar a equipa para a Vida Local no âmbito do projeto POISE- 01-3422-FSE-000025 dos Planos para a Igualdade – “Viana, um Concelho + Igual”, nos termos do Protocolo de Cooperação para a Igualdade e Não Discriminação, celebrado em 2020, entre o Município de Viana do Alentejo e a Comissão para a Cidadania e Igualdade. -----

Procedeu-se à votação, mediante escrutínio secreto, do Presidente da Junta de Freguesia que integrará esta equipa. Dessa votação resultou a eleição da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar, que obteve 7 votos; tendo o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo obtido 6 votos e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas obtido 5 votos. -----

Ponto nove) Terceira proposta de alteração ao Mapa de Pessoal, em conformidade com a alteração da estrutura orgânica do Município, publicada no Diário da República, 2ª série, de 27/05/2022

(Despacho do Sr. Presidente da Câmara de 21/06/2022, sujeito a ratificação): Nos termos do despacho do Senhor Presidente da Câmara, datada de 21 de junho corrente, sujeito a ratificação da Câmara Municipal, foi apresentada à Assembleia a terceira proposta de alteração ao Mapa de Pessoal de 2022. -----



O Senhor Presidente da Câmara fez uma breve apresentação desta proposta de alteração ao Mapa de Pessoal, de modo a harmonizar este documento com a alteração da estrutura orgânica do Município, publicada na 2ª série do Diário da República de 27 de maio de 2022. -----
Submetida a votação, foi esta proposta aprovada com 7 votos favoráveis por parte dos eleitos da CDU (Estêvão Pereira, Marília Rasquinho, Vítor Fialho, Sara Rodrigues, Paula Maurício, Marta Rebocho e Rosinda Gaio) e 11 abstenções por parte dos eleitos do PS (Nuno Grave, Bernardino Bengalinha Pinto, Fernando Janeiro, Manuel Jorge Rafael, Celeste Gomes Patinhas e Tânia Milhano) e dos eleitos do VIVA (Fernando Brito e Silva, Célia Sabino, Ricardo Soldado, João de Deus Fialho e Frederico de Carvalho). -----

Ponto dez) Proposta de designação do júri relativo ao procedimento concursal para recrutamento do Chefe da Divisão de Administração Urbanística e Processual, nos termos do disposto no artigo 13º da Lei nº49/2012, de 29 de agosto, na redação atual.

Nos termos do despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 23 de junho de 2022, sujeito a ratificação da Câmara Municipal, foi submetida à Assembleia a seguinte proposta de designação do júri de recrutamento do cargo de Chefe da Divisão de Administração Urbanística e Processual, nos termos do artigo 13º da Lei nº49/2012, de 29 de agosto na redação atual: -----

Presidente: Ana Isabel Palminha Howell Franco, Arquiteta, Chefe da Divisão de Urbanismo e Ordenamento do Território do Município de Serpa; -----

Vogais efetivos: Francisco José Caipirra Covas, antigo Chefe da Divisão de Administração Municipal do Município da Vidigueira, aposentado e Maria d'Aires Vera Figueira Vilela, Chefe da Divisão e Gestão de Recursos do Município de Viana do Alentejo; -----

Vogais Suplentes: Paula de Lurdes Martins Coelho Piteira, Técnica Superior (Economia) do Município de Viana do Alentejo e Eduardo Jorge Pratas Fernandes Luciano, Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência do Município de Viana do Alentejo. -----

Votada, foi esta proposta aprovada com 7 votos favoráveis por parte dos eleitos da CDU (Estêvão Pereira, Marília Rasquinho, Vítor Fialho, Sara Rodrigues, Paula Maurício, Marta Rebocho e Rosinda Gaio) e 11 abstenções por parte dos eleitos do PS (Nuno Grave, Bernardino Bengalinha Pinto, Fernando Janeiro, Manuel Jorge Rafael, Celeste Gomes Patinhas e Tânia Milhano) e dos eleitos do VIVA (Fernando Brito e Silva, Célia Sabino, Ricardo Soldado, João de Deus Fialho e Frederico de Carvalho). -----

Ponto onze) Proposta de constituição do Conselho Municipal de Educação para o mandato 2021-2025.

Foi apresentada a proposta de constituição do Conselho Municipal de Educação de Viana do Alentejo para o mandato 2021-2025, o qual deverá ser nomeado por deliberação da



Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 58º do Decreto-Lei nº21/2019 de 30 de janeiro na redação atual. -----

Em conformidade com o disposto no artigo 59º do referido Decreto-Lei, integram o Conselho Municipal de Educação, os seguintes elementos: -----

- a) O presidente da câmara municipal, que preside;
- b) O Presidente da assembleia municipal;
- c) O vereador responsável pela educação;
- d) A presidente da junta de freguesia, eleita pela assembleia municipal em representação das freguesias do concelho, em reunião a 30 de dezembro de 2022;
- e) O representante do departamento governamental responsável pela área da educação;
- f) O representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional respetiva;
- g) Os diretores dos agrupamentos de escolas e de escolas não agrupadas da área do município. Tendo em conta o disposto no numero 2 do mesmo artigo, integram ainda o conselho municipal os seguintes representantes, desde que as estruturas representadas existam no município:
 - a) Um representante das instituições de ensino superior publico (não aplicável por inexistência no concelho);
 - b) Um representante das instituições de ensino superior privado (não aplicável por inexistência no concelho);
 - c) Um representante do pessoal não docente do ensino secundário publico;
 - d) Um representante do pessoal não docente do ensino básico publico;
 - e) Um representante do pessoal não docente da educação pré-escolar publica;
 - f) Um representante de cada um dos conselhos pedagógicos dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas;
 - g) Um representante dos estabelecimentos de educação do ensino básico e secundário privado (não aplicável por inexistência no concelho);
 - h) Dois representantes das associações de pais e encarregados de educação;



- i) Um representante das associações de estudantes;
- j) Um representante das instituições particulares de solidariedade social que desenvolvam atividade na área da educação;
- k) Um representante dos serviços públicos de saúde;
- l) Um representante dos serviços da segurança social;
- m) Um representante dos serviços de emprego e formação profissional;
- n) Um representante dos serviços públicos da área da juventude e do desporto;
- o) Um representante das forças de segurança;
- p) Um representante do conselho municipal de juventude.

Assim, propõe-se, em concreto, que o Conselho Municipal de Educação de Viana do Alentejo tenha a seguinte composição:

	Entidade/ Estruturas Representadas	Representantes
	Presidente da Câmara Municipal de Viana do Alentejo, que preside	Luis Miguel Fialho Duarte
	Presidente da Assembleia Municipal de Viana do Alentejo	Estevão Manuel Machado Pereira
	Vereadora responsável pela Educação	Paula Marise Carracha Panóias Bamond das Neves
	Presidente da Junta de Freguesia, eleita pela Assembleia Municipal em representação das freguesias do concelho	Rosinda de Fátima Bandarra Gaio
	Representante do departamento governamental responsável pela área da educação	José Gazimba Simão da DGEstE - Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (Alentejo)
	Representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA)	Maria Teresa Godinho
	Diretora do Agrupamento de Escolas de Viana do Alentejo	Maria Manuel Aleixo
Estruturas representadas que existam no Concelho		
	Entidade/ Estruturas Representadas	Representantes
	Representante do pessoal docente do ensino secundário público	A designar após término de processo de eleição pela entidade.
	Representante do pessoal docente do ensino básico público	A designar após término de processo de eleição pela entidade.
	Representante do pessoal docente da educação ao pré-escolar pública	A designar após término de processo de eleição pela entidade.



	Representante do Conselho Pedagógico do Agrupamento de Escolas de Viana do Alentejo	A designar após término de processo de eleição pela entidade.
	Dois representantes da Associação de Pais e Encarregados de Educação de Alcáçovas	Maria João Santos e Marisa Marujo
	Dois representantes da Associação de Pais e Encarregados de Educação de Aguiar e Viana do Alentejo	Cláudia Marques e Lenia Encarnação
	Representante da Associação de Estudantes	Não se encontra em funções.
	Representante das instituições particulares de solidariedade social que desenvolvam atividade na área da educação	Francisca Valério da Terras Dentro - Associação para o Desenvolvimento Integrado
	Representante dos serviços públicos de saúde	Celeste Teresa Gomes Patinhas
	Representante dos serviços da segurança social	Sandra Fragoso
	Representante dos serviços de emprego e forma ao profissional	Paula Caeiro
	Representante dos serviços públicos da área da juventude e do desporto	A aguardar designa ao pela entidade.
	Representante das forças de segurança	Manuel Martins Massano
	Representante do conselho municipal da juventude	Sara Rodrigues

Votada, esta proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Terminada a Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o segundo período destinado à intervenção do público. -----

Interveio o munícipe Carlos Piló Carvalho que relativamente à apresentação do Plano Local de Prevenção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens de Viana do Alentejo, efetuada pela Dr.^a Susana Belga, disse ter registado a referência à pouca participação dos jovens na comunidade, salientando que na primeira intervenção que fez nesta sessão, apresentou precisamente duas sugestões para a promoção da participação das crianças e jovens, considerando útil que sejam tomadas em consideração todas as ideias, no sentido da promoção dessa participação. Desse modo – disse- talvez seja possível, no futuro, constatar-se que essa participação não existe.

O munícipe João Penetra manifestou o seu agrado pela disponibilidade manifestada pela Associação Tauromáquica Alcaçovense para colaborar com a Associação Equestre de Viana do Alentejo. -----

Quanto à disponibilidade manifestada pelo Banco Santander Totta para apoiar este



Município, disse o munícipe João Penetra ter registado que tal poderá ocorrer nas áreas sociais. Disse que se houver essa disponibilidade por parte do Banco Santander Totta (à semelhança, por exemplo do que sucede com o BPI, “que tem sido incansável nos apoios às nossas instituições”), é bom não esquecer as instituições sociais que por causa da pandemia estão a passar tempos muito difíceis. Disse estar a referir-se particularmente às Santas Casas da Misericórdia, destacando a Santa Casa da Misericórdia de Alcáçovas que em 2020 e 2021 somou prejuízos avultadíssimos para fazer face à pandemia. Daí que todas as ajudas sejam bem-vindas se o Banco Santander Totta tiver essa disponibilidade e se a Câmara também puder reforçar esse apoio. ----

O Senhor Presidente da Câmara disse não poder confirmar se os apoios nas áreas sociais a que se reportou o Presidente do Banco Santander se destinam exclusivamente a iniciativas promovidas pelo Município. -----

A munícipe Helena Torrão disse estar a trabalhar no Município há precisamente um mês, na nova Divisão de Educação, Saúde e Intervenção Social. Disse ter compreendido perfeitamente a intervenção do Senhor Professor Carlos Piló Carvalho, pessoa com uma larga experiência no ensino, permitindo-lhe isso um vasto conhecimento das dificuldades das crianças e daí que tinha elencado uma série de problemas, que sabemos que existem – disse. -----

Disse ainda a munícipe Helena Torrão que a Dr.^a Susana Belga, fazendo parte da Terra Mãe e do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, tal como a Dr.^a Maria João Rodrigues, fazem um trabalho há cerca de vinte anos nesta área, participando na sinalização e encaminhamento de situações que o justifiquem. -----

A munícipe Helena Torrão, quanto ao material escolar e à hora do pequeno almoço a que se referiu o Senhor Professor Carlos Piló Carvalho; disse que estas questões são extremamente importantes e muitas vezes têm origem em casa, porque se pretendem “mascarar” situações de pobreza, por vergonha. Disse também que frequentemente é a comunidade escolar que se depara com estes casos, mas muitas vezes “encerra-os dentro de si”. Daí a importância da sinalização das situações a fim de que não evoluam para uma CPCJ. -----

Quanto aos apoios sociais e com a transferência de competências na área da Ação



Social, irá haver um incremento dos apoios sociais do Município – disse. -----
Acrescentou ainda que este ano, tal como a Senhora Vice-Presidente já referiu, houve resposta a um apelo da Associação de Pais no sentido de serem feitas as atividades de acompanhamento de apoio à família, que por lei já deviam estar a ser feitas há uns anos. Informou existirem 25 inscrições em Viana do Alentejo, 5 inscrições em Aguiar e 2 inscrições em Alcáçovas. Dado que as mães das crianças de Alcáçovas não foram recetivas à necessidade de elas serem transportadas para a sala de Aguiar, esta iniciativa em Alcáçovas, ficou sem efeito. -----
Quanto ao “Centro de Férias” a que se referiu o Senhor Professor Carlos Piló Carvalho, apesar da ideia ser interessante, constata-se que a resposta que existe no concelho, parece ser suficiente, sendo expectável que uma grande parte dos pais não inscrevesse os seus filhos para irem passar férias no litoral. -----
A terminar a sua intervenção, esta munícipe referiu que a apresentação feita pela Dr.^a Susana Belga resultou de uma sugestão feita dos membros designados pela Assembleia Municipal na CPCJ, em concreto, os munícipes Luis Mendes, Ana Milhano e ela própria. -----

O Senhor Presidente da Câmara recordou a possibilidade legal adiar a aceitação das competências em matéria de Ação Social, facto que permitiu organizar um gabinete direcionado para essa área. Acrescentou haver a intenção de estabelecer um protocolo com a Associação Terra Mãe que tem um vasto conhecimento e experiência adquirida na matéria em causa. -----

O Senhor Presidente da Câmara, ainda sobre o Projeto “Separar Sem Parar” disse que as sessões de divulgação tiveram efetivamente pouca participação. Acrescentou que irá seguir-se um “porta - a - porta”, no sentido de sensibilizar as pessoas para esta problemática, irão existir spots na rádio e em todas as iniciativas do Município irá ser feita uma referência a esta matéria para ajudar na sensibilização. -----

A Senhora Vice-Presidente deixou o convite a todos para a participação, neste fim-de-semana, no 1º Festival de Ilustração e Criatividade da Olaria (FICO), que além de vários oleiros, terá muita animação. -----

O Senhor Presidente da Assembleia informou que por parte da força política da CDU,



os membros que constituirão o grupo de trabalho a que se referiu no início da sessão serão Marília Rasquinho e ele próprio. -----

Passou-se de imediato à leitura da minuta correspondente a esta ata, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão à uma hora e trinta minutos do dia um de julho de dois mil e vinte e dois. -----

Aprovada a 24 de fevereiro de 2023

O Presidente da Assembleia,



O Primeiro Secretário,

O Segundo Secretário,
